COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 5.624, DE 2009

Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, “que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Autor: Deputado Antonio Bulhões

Relatora: Deputada Ana Arraes

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe acrescenta o § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC.

O referido parágrafo dispõe que sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 43 do CDC a anotação em bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito sem prévia comunicação por escrito ao consumidor não gerará, por si só, direito a indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado os direitos concernentes ao cancelamento da anotação irregular.

O Autor justifica a proposta com base na jurisprudência estabelecida em que o consumidor, uma vez comunicado, inscrito em bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito, não necessita nova comunicação para novas inscrições ainda que por débitos diferentes daquele inicial. Também, a primeira inscrição retira o direito do consumidor de pleitear indenização no judiciário, ainda que as inscrições subsequentes sejam irregulares ou indevidas. De acordo com o PL não há que se falar em indenização por dano moral se a primeira inscrição for regular. O cerceamento de direitos constitucionais de recorrer à justiça, dá-se nesta proposta, porque se antes da anotação irregular o devedor já se demonstrava comprovada

insolvência , sua honra e reputação não seriam atingidas pela divulgação de uma situação de inadimplência, na qual já se encontrava anteriormente.

Nesta Comissão, não foram apresentadas Emendas, dentro do prazo regimental, ao Projeto de Lei.

II - VOTO DA RELATORA

Como se apura da leitura do relatório, o Projeto de Lei em questão propõe que a anotação em bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito sobre o Consumidor seja efetuada, sumariamente, sem prévia comunicação por escrito, quando já houver algum registro legítimo anotado. Ainda, condena a honra do Consumidor previamente, por meio do cerceamento do direito à indenização por dano moral , se houver preexistente legítima inscrição.

Ao considerar a inquestionável boa intenção do Autor do PL, Deputado Antônio Bulhões, a proposta nos termos sugeridos, não deve prosperar, pois, além de ser prejudicial aos Consumidores em geral, fere direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito, consagrados na Constituição Federal brasileira.

É necessário respeitar o direito do Consumidor de acesso às informações existentes em bancos de dados e cadastros, previsto no art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 2009. O comunicado por escrito é imprescindível para imediata correção de inexatidão dos dados, possibilita o exercício do direito constitucional do contraditório e ampla defesa, previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

Além disso, a Lei não pode condenar o consumidor por infrações ou falhas baseado em fato diverso, senão daquele próprio cometido, originário, do qual decorre a condenação. Tampouco vedar o direito do cidadão de recorrer ao Poder Judiciário sempre que sinta seu direito violado, tanto por danos morais como materiais. Tal direito encontra-se respaldado no art. art. 5º, inciso XXXV da Lei Maior.

Face ao exposto, também considerando que a proposição pode trazer prejuízos à parte mais vulnerável da relação de consumo, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.624, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada ANA ARRAES
Relatora

2009_11858